



**APARECEU O NEGRO NA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA: UM
NOVO OLHAR SOBRE A TRAJETÓRIA DA PSICOLOGIA
SOCIAL BRASILEIRA**

**THE BLACK APPEARED IN THE HISTORY OF PSYCHOLOGY: A NEW LOOK AT
THE TRAJECTORY OF BRAZILIAN SOCIAL PSYCHOLOGY**

**EL NEGRO APARECÍA EN LA HISTORIA DE LA PSICOLOGÍA: UNA NUEVA
MIRADA A LA TRAYECTORIA DE LA PSICOLOGÍA SOCIAL BRASILEÑA**

**LE NOIR APPARAISSANT DANS L'HISTOIRE DE LA PSYCHOLOGIE: UN
NOUVEAU REGARD SUR LA TRAJECTOIRE DE LA PSYCHOLOGIE SOCIALE
BRÉSILIENNE**

Maria Cristina Giorgi¹

Ula Cristina de Lima²

PORTUGAL, Francisco Teixeira; FACCHINETTI, Cristiana; CASTRO, Alexandre de Carvalho. *História Social da Psicologia*. Rio de Janeiro: Nau, 2018.

Já foi dito que, no mundo acadêmico norteado cada vez mais pelo desespero causado a partir do “Publique ou pereça” – no qual o pesquisador, além de escrever artigos tem que estar em dia com suas leituras –, recorrer a resenhas passa a ser quase a única saída, devido à sua pequena dimensão e ao texto quase didático, escrito por quem conhece o tema (De Carvalho, 2002). Principalmente desde uma compreensão de que é fundamental problematizar tanto a neutralidade como o teor de verdade única dos discursos acadêmicos no intuito de explorarmos como certos tipos de conhecimento são construídos através de certo enunciado. Nesse sentido, entendendo que a discussão das questões étnico-raciais deve perpassar todas as áreas de conhecimento – e desconhecimento –, mais relevante faz-se o papel da resenha, no sentido de poder alcançar um maior número de áreas de um saber que acreditamos deva ser interdisciplinar.

¹ Docente do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, onde atua no Ensino Médio e Técnico e nos Programas de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais e Filosofia e Ensino e coordena o curso lato sensu em Relações Étnico-Raciais e Educação. *E-mail*: cristinagiorgi@gmail.com

² Mestranda em Relações étnico-raciais pelo PPRER - CEFET/ RJ. *E-mail*: ulavilela@gmail.com



O livro *História da Psicologia* é antecedido pela publicação *História da Psicologia: Rumos e Percursos*, organizada por pesquisadores de Psicologia nucleados no Rio de Janeiro sobre a história da Psicologia, que representou uma mudança de abordagem do usual enfoque norte americano das tradicionais traduções para um olhar que considera a especificidade da situação do Brasil.

Entendemos a obra ora resenhada como contraponto à citada publicação, a nosso ver, não apenas por ter um preço mais acessível ao estudante, usar linguagem mais coloquial, e conter uma discussão metodológica mais crítica, mas principalmente por haver incluído temas antes pouco enfatizados como o racismo, motivo que justifica nosso interesse.

Tendo em vista o atual momento de inúmeras tentativas de desmantelamento da educação pública brasileira, ressaltamos que *História Social da Psicologia* é o resultado, como afirmam seus organizadores, de “alianças que as atividades de docência, extensão e pesquisa têm produzido entre psicólogos interessados em questões sociais. Todos os autores mergulhados em universidades e fundações públicas [...] voltados para formas livres e libertadoras de convivências sociais” (p. 9).

Após essa referência ao livro como um todo, e compreendendo o combate ao racismo como uma fundamental prática libertadora de convivências sociais, optamos por focar nosso texto no capítulo intitulado “Psicologia, raça e racismo: breve análise de suas bases históricas”, de Hildeberto Vieira Martins, que traça um panorama sobre a trajetória da Psicologia Social brasileira, tendo por base a questão da raça e do racismo, bem como, os estudos sociológicos e antropológicos que se desenvolveram nos séculos XIX e XX acerca da questão racial. O autor ainda discute os impactos da questão da raça e do racismo na formação de um imaginário racista na sociedade brasileira e sua influência quanto à formação da identidade.

Martins estabelece, então, quatro vertentes de análise concernentes à questão racial no contexto dos *saberes psicológicos*, a fim de evidenciar as mudanças paradigmáticas que a envolvem na transição do século XIX para o XX e no decorrer deste último até a atualidade.

A análise do autor ratifica a compreensão do racismo enquanto problema estrutural na formação da sociedade brasileira, à medida que nos faz refletir sobre a



importância e o peso das teorias raciais que foram desenvolvidas no Brasil no período entre a abolição da escravidão até os dias de hoje e, conseqüentemente, sua influência na formação do inconsciente coletivo brasileiro. Nesse sentido – considerando alguns aspectos como o fato de o Brasil ter sido o último país que aboliu a escravidão, o que mais traficou negros escravizados, o que tem a maior população negra fora do continente africano e cuja maioria da população se autodeclara negra – iluminamos a relevância dos estudos raciais para as diferentes áreas científicas. E, conforme o próprio autor argumenta, a questão racial se tornou, de fato, cada vez mais expressiva nas ciências sociais e humanas na busca pelo entendimento da sociedade brasileira (p.84), influenciando, inclusive, a própria Psicologia e suas visões de mundo e de ser humano.

Partindo da importância do impacto do racismo e seus efeitos psíquicos e, conseqüentemente, da necessidade da Psicologia e dos psicólogos que pretendem se debruçar sobre a questão, Martins desenvolve um panorama histórico da trajetória dos *saberes psicológicos*, tendo como base as discussões no campo das ciências sociais acerca dos elementos raça e racismo, considerando a influência dos referidos debates na própria sociedade brasileira. Assim, o autor estabelece quatro modelos de análise que se consolidaram a partir das teorias de Nina Rodrigues, intitulados: “O negro como objeto da ciência”; “A cultura como crítica ao determinismo racial”, “Entre o preconceito e a crise de identidade” e “O racismo como violência simbólica”.

O primeiro modelo ao qual Martins faz referência – O negro como objeto da ciência – está relacionado ao momento de consolidação do racismo científico nas últimas décadas do século XIX, a partir do fortalecimento de uma ideologia racial biologizante, que determinou ser a população negra inferior à branca. Nina Rodrigues e a Escola Baiana de Antropologia (ou Escola Nina Rodrigues) foram os precursores desse modelo em que a população negra era analisada “a partir do conceito de degeneração da raça” (p. 86). Tal pensamento propicia o surgimento de uma série de estudos médicos-psicológicos, voltados para a questão negra, visando a solucionar o que era considerado “um problema” para o Brasil, bem como curar a sociedade brasileira dos males causados pelo “elemento negro”. Nesse ínterim, o autor enfatiza também a consolidação do saber médico no Brasil, impulsionado pela necessidade de investigação da raça negra, a fim de descobrir as suas “marcas da degeneração”.



A partir da década de 1930 entra em cena uma nova tendência no que se refere à questão racial. O Brasil começava a se industrializar e o discurso da mestiçagem se consolidava como fator positivo, à medida que afirmava a unidade de um povo. Conforme Luciana Jaccoud, o conceito de raça perde força nesse período, o racismo científico fundamentado na biologia perde espaço e as questões raciais passam a ser explicadas segundo as perspectivas culturais e sociais (Jaccoud, 2008). Gilberto Freyre, conforme Martins, é considerado o principal teórico defensor dessa dimensão positiva da miscigenação. O autor registra, ainda, a importância dos trabalhos de Arthur Ramos, inspirado por Nina Rodrigues, e que teve grande influência no debate culturalista sobre a questão racial e, nos recorda, que o mesmo foi um dos pioneiros nos cursos acadêmicos em que a Psicologia Social começa a aparecer como tema.

Os primeiros cursos de Psicologia Social oferecidos no Brasil nesse período são considerados pelo autor, como resultado das constantes investidas na delimitação do campo da Psicologia no Brasil, ratificando a importância dos debates acerca da questão racial para a consolidação dos saberes psicológicos brasileiros. Ainda nesse contexto, Martins ressalta o impacto dos estudos sobre relações raciais patrocinados pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, órgão cujo objetivo era difundir modelos de cooperação racial bem-sucedidos no mundo e patrocinou no Brasil – considerado o paraíso das raças –, estudos nesse sentido. O autor também assevera que os referidos estudos representaram a ruptura com o paradigma culturalista freyreano fundamentado no mito da democracia racial, pois começavam a seguir orientações de bases sociológicas, considerando outros aspectos econômicos, educacionais, sociais, etc.

É Florestan Fernandes quem constrói o novo paradigma sociológico que veio a substituir o modelo freyreano e sob sua coordenação uma série de outras personalidades importantes seguem desenvolvendo uma série de trabalhos igualmente importantes no campo dos saberes psicológicos como Virgínia Bicudo, Aniela Ginsberg e Otto Klineberg. No entanto, a ditadura militar imposta na década de 1960 gerou uma série de incertezas no cenário brasileiro, afetando também o campo da Psicologia.

A terceira linha de análise desenvolvida no artigo intitula-se “Entre o preconceito e a *crise* de identidade” e abrange o período que vai da década de 1960 até 1980, período em que é regulamentada a profissão de psicólogo e se intensificam as



práticas e os saberes psicanalíticos no Brasil. Aroldo Rodrigues, importante nome da Psicologia social americana, desenvolveu nesse período uma série de trabalhos voltados para o preconceito racial. Martins enfatiza que esse autor foi um importante personagem da Psicologia Social na reflexão das bases teóricas e metodológicas deste saber, levando à crise da disciplina. Rodrigues desenvolveu trabalhos teórico-empíricos pautados na desigualdade racial no Brasil, numa tentativa de definir que tipo de preconceito era característico desse país. Assim como outros estudiosos da época, no entanto, compreendeu o preconceito nacional a partir de uma perspectiva de classe, negligenciando o elemento racial nesse processo de desigualdade.

Na década de 1980, o processo de redemocratização do Brasil traz à tona uma série de demandas em campos diversos como o político, o social e o econômico. Nessa conjuntura, o modelo de Psicologia legitimado no Brasil passa a ser criticado pelo fato de ser embasado numa suposta neutralidade científica e, ainda, por desenvolver uma perspectiva a-histórica dos fenômenos psicológicos (p.95). A omissão dos aspectos históricos e sociais no campo da Psicologia brasileira passa a ser vista como um obstáculo, principalmente no que tange a questão do racismo.

A partir da década de 1990 começa a se consolidar o estudo do racismo como violência simbólica que é a quarta e última linha de análise desenvolvida pelo autor e que segue em andamento na atualidade. Nessa vertente considera-se a relevância para a igualdade racial dos estudos de Neusa Santos (1983) e Jurandir Freire Costa (1983, 1984). Passa-se a compreender a violência simbólica do racismo na construção da identidade e a dimensão intrapsíquica da desvalorização do sujeito negro. Nesse período, conforme o autor, houve uma revisão acerca dos estudos raciais no campo da Psicologia e a emergência da psicanálise como “recurso teórico capaz de lançar luz sobre o racismo brasileiro” (p.97). Já na década de 1990 surgem os trabalhos sobre branquitude e branqueamento no Brasil de Iray Carone e Maria Aparecida Bento que resultou na publicação do livro “Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil” das mesmas autoras que desenvolve um estudo psicológico acerca do medo das elites brancas em relação aos negros, denunciando os privilégios narcísicos dos brancos, mudando, assim, o enfoque de estudo da negritude para os privilégios brancos.



As reflexões de Martins propiciam uma melhor compreensão dos impactos que a construção de uma sociedade baseada em uma ideologia racista teve no desenvolvimento dos saberes psicológicos brasileiros, das últimas décadas do século XIX até a atualidade. Ressaltam, também, a relevância dos aspectos históricos e sociais e das relações raciais para a construção de um campo teórico-metodológico da Psicologia, bem como a importância da relação entre a violência simbólica, fundamentada no racismo e a construção das identidades dos indivíduos e seus impactos na subjetividade.

REFERÊNCIAS

DE CARVALHO, Gisele. Resenhas acadêmicas e sua organização retórica. *Revista Letras*, Curitiba, n. 57, p. 149-172, jan./jun, 2002.

JACCOUD, Luciana. Racismo e República: O debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, Mário (Org). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição*. Brasília: IPEA, 2008.

*Recebido em março de 2019
Aprovado em junho de 2019*